

DECLARAÇÃO

O Município do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento - SMFP, alista para os devidos fins, que a empresa **NORTESUL TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA**, com Sede na Av. Ator José Wilker, 605 – Bloco 1 B – Sala 565, Jacarepaguá - Rio de Janeiro - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 03.085.134/0001-40, presta **SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE SERVIÇO DE MENSAGEIRO MOTORIZADO**, incluindo horas de serviço de condução sem fornecimento de combustível, para o transporte de entrega de documentos e pequenos volumes, que atuam no Contrato 095/2023, para atender às necessidades da SMFP dentro do Município do Rio de Janeiro.

Prazo Contratual: 01/06/2023 à 31/05/2026 - 36 (trinta e seis) meses.

RENAVAM	Placa	Chassi	Marca / Modelo
01350000903	LUI9F16	9C2KC2200PR109B29	HONDA/CG 160 FAN
01349998157	LUQ8D20	9C2KC2200PR353425	HONDA/CG 160 FAN
0134999234	LUA9G85	9C2KC2200PR107924	HONDA/CG 160 FAN

Aleatamos ainda que os respectivos serviços estão sendo prestados de forma satisfatória com 03 (três) motos de expediente e respectivos motociclistas e, que até o presente momento, nada consta, em nossos registros que desabone a conduta da respectiva empresa.

Rio de Janeiro, 03 de julho de 2024.

JANICE JESUS DE
LEMONS:03753436798
JANICE JESUS DE LEMOS

Coordenadora de Infraestrutura e Logística
FP/SUBEX/SUPTG/CIL
Matricula 11/177.281-3

CONTRATO

Contrato nº 095/2023 - SMFP
Livro nº 66 Série A
Fls. 149 a 171

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, como **CONTRATANTE**, e a **NORTESUL TRANSPORTE E SERVIÇOS LTDA**, como **CONTRATADA**, para prestação de serviços na forma abaixo.

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, na Rua Afonso Cavalcanti, 455 - sala 506, Prédio Anexo - CASS - Cidade Nova - Rio de Janeiro/RJ, o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pela Secretária Municipal de Fazenda e Planejamento, Senhora **Andrea Riechert Senko**, consoante delegação do Decreto Rio "P" nº 199 de 31/03/2022, e a sociedade **NORTESUL TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA**, estabelecida na Av. Ator José Wilker, 605 - Bloco 1 B - sala 565 - Jacarepaguá - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.775-024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 03.085.134/0001-40, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Rafael da Silva Barbosa**, CNH nº 06905437433, inscrito no CPF sob o nº 132.630-427-50, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO PE - SMFP Nº 0185/2023**, realizado por meio do processo administrativo nº **SMF-PRO-2022/06768**, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** - Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro - CAF, instituído pela **Lei nº 207/1980**, e suas alterações, ratificadas pela **Lei Complementar nº 1/1990**, pelo Regulamento Geral do Código supra citado - RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal nº 3.221/1981, e suas alterações, pela **Lei Municipal nº 2.816/1999**, **Lei Municipal nº 4.978/2008** e pelos Decretos Municipais nº **17.907/1999**, **18.835/2000**, **21.083/2002**, **21.253/2002**, **22.136/2002**, **27.715/2007**, **31.349/2009**, **40.285/2015** c/c **48.365/2021**, **40.286/2015**, **49.415/2021** e **51.260/2022**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da

O cálculo da fatura será igual ao somatório dos valores fixos (motocicleta e condutor) + Desconto da Não Prestação do Serviço, caso ocorra.

b) Do Desconto da Não Prestação do Serviço

- i) Serão faturados, apenas, os dias em que as motocicletas, com seus respectivos condutores, estiverem disponibilizadas para a CONTRATANTE em perfeitas condições de uso, conforme as necessidades solicitadas no Termo de Referência deste certame;
- ii) Nos casos em que não houver a adequada Prestação do Serviço de Agenciamento de Serviço de Mensageiro Motorizado sem fornecimento de combustível conforme descrito neste Termo de Referência, o cálculo do desconto por dia não fornecidos dar-se-á da seguinte forma: Desconto por Dias não Fornecidos equivale ao Somatório dos dias não fornecidos no mês multiplicado pelo Preço da Diária da Motocicleta (coluna "Valor Unitário Mensal da Motocicleta com Condutor (A + B)" do DOCUMENTO III - QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO deste Termo de Referência.

Onde:

- Somatório dos dias não fornecidos no mês serão controlados pela fiscalização, levando em consideração as condições descritas neste Termo de Referência;
- Preço da Diária do Veículo equivale ao preço unitário mensal contratado dividido por 30 (trinta) dias, mão-de-obra, multiplicado pela respectiva quantidade de motocicletas;

- iii) Para efeito de cálculo a fiscalização deverá utilizar os BDTs entregues diariamente e o Relatório da Franquia mensal com a quilometragem utilizada por motocicleta. O somatório da quilometragem mensal percorrida pela motocicleta e informada no BDT para todos os dias do mês deverá ser dividido conforme estabelecido no DOCUMENTO III - QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Coordenadoria de Infraestrutura e Logística da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

Parágrafo Terceiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista e documentos exigidos pelas normas de

Parágrafo Quarto – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requiera reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico PE SMFP nº 0185/2023).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato da Secretária Municipal de Fazenda e Planejamento. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará

serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 36 (trinta e seis) meses contados desta ou da data estabelecida no memorando de início, se houver.

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

IX – responsabilizar-se integral e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – observar o disposto no Decreto Municipal nº 27.715/07 e suas alterações posteriores, no que couber;

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aqlescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração no momento da contratação:

a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

b) depósito de valores em conta vinculada;

c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XIII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pela Secretária Municipal de Fazenda e Planejamento, na forma do art. 501 do RGCAF, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 589 do RGCAF:

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia,	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos Itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

Parágrafo Segundo – As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Terceiro – As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas “b”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Quarto – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho 14.01.04.122.0389-2169, Código de Despesa 3.3.90.39.13, tendo sido empenhada a importância de R\$ 104.266,05 (cento e quatro mil, duzentos e sessenta e seis reais e cinco centavos), por meio da Nota de Empenho nº 2023/0433, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo estabelecido no art. 441 do RGCAF, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei federal nº 14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

É por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2023.

DULCETHA COSTA
VENÂNCIO DE VILHENA
MATEZEL 67.12963740

Assinatura eletrônica
LIDADA em 01/06/2023 às
10:05:00 por 67.12963740
Data e hora: 01/06/2023 às 10:05:00

Andréa Riechert Senko
Secretária Municipal de Fazenda e Planejamento
Matrícula: 51/325.173-3

NORTE-SUL TRANSPORTES
E SERVIÇOS
(CNPJ) 13.095.134/0001-40

Assinatura eletrônica
por 13.095.134/0001-40
Data e hora: 01/06/2023 às 10:05:00
Data e hora: 01/06/2023 às 10:05:00

Rafael da Silva Barbosa
Norte-Sul Transportes e Serviços Ltda.
Diretor

MARILIA
MILLEDO
E 5045501.400
12790

Assinatura eletrônica
por 5045501.400
Data e hora: 01/06/2023
às 10:05:00

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

MARIA JOSE ABRÃO
DOS
SANTOS 75929120740

Assinatura de Maria José dos Santos
Data e hora: 01/06/2023 às 10:05:00
Data e hora: 01/06/2023 às 10:05:00

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

1. DO OBJETO

Prestação de Serviços de Agenciamento de Serviço de Mensageiro Motorizado, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo horas de serviço de condução sem fornecimento de combustível, para serem utilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento na entrega de documentos e pequenos volumes, com as características e nas condições a seguir especificadas.

Tipo	Código	Nome Padronizado	Descrição Detalhada	Qtd
I	210013.0224-15	Agenciamento de serviço de mensageiro motorizado, franquia 3.300 km/mês	Agenciamento de serviço de mensageiro motorizado (com condutor sem combustível), CNH categoria "A", franquia 150 km diários, dias úteis, posto 44 horas semanais.	03

Tabela 1: Descrição Detalhada dos Veículos

O contrato a ser celebrado é de natureza continuada e terá a vigência de 36 (trinta e seis) meses, a qual pode ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis, de acordo com a conveniência estabelecida entre Contratada e Contratante.

2. DA JUSTIFICATIVA

Conforme restou demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, justifica-se a contratação em tela na medida em que o serviço de Mensageiro Motorizado é caracterizado como essencial, de natureza continuada, pois visa atender à necessidade pública, assegurando o apoio necessário para garantir a eficiência administrativa no transporte de documentos e pequenos volumes, otimizando, assim, a prestação dos serviços.

Considerando tratar de serviço que visa atender ao fluxo de rotinas e serviços imprescindíveis da Superintendência do Tesouro Municipal, bem como, os expedientes do Gabinete e das 07 (sete) subsecretarias e superintendências da Pasta, é incluído anualmente na proposta orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO.

Assim, a presente licitação tem o objetivo de atender as demandas de serviços externos de entrega e coleta de documentos que ensejam na tomada de decisões administrativas, visando dar suporte e agilidade às demandas da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, mantendo a continuidade do serviço para que não venha comprometer a ordem e causar sérios prejuízos para a Administração, considerando o pedido de rescisão feito pela empresa PC EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELLI- CNPJ 31.179.583/0001-93, bem como pela inexistência de Ata de Registro de Preços vigente divulgada no portal e-comprasRio.

Cumprе ressaltar, ainda, que a demanda por esses serviços ocorre em razão de a Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento não dispor de servidores com atividades que contemplem a execução dos serviços ora pretendidos, bem como transporte adequado para execução célere de serviços externos junto a outras instituições, que garanta a agilidade no transporte de documentos e materiais importantes.

Este Termo de Referência tem por objetivo definir as condições gerais do serviço, as condições da locação da motocicleta com serviço de condução sem fornecimento de combustível (especificações, documentação, vistoria, dentre outros), a gestão do serviço (relatórios de controle e medição dos níveis de serviço) e a forma como deverá ser formado o preço unitário, incluindo a fórmula de cálculo para pagamento do serviço, conforme disposto no Decreto nº 40.285/2015 e 40.286/2015.

5.3. Da Documentação das Motocicletas

5.3.1 Todas as motocicletas do Contrato, inclusive as Reservas, deverão estar com documentação regularizada conforme legislação vigente.

5.3.3.1 A documentação regularizada deve estar paga e dentro do prazo de validade;

5.3.3.2 Os documentos referidos são:

- a) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV);
- b) Bilhete de Seguro DPVAT pago, caso ocorra a retomada da cobrança, considerando que desde 2021 o valor do Seguro DPVAT é igual a ZERO para veículos de todas as categorias; sendo, no entanto, o valor mantido para o ano de 2023 conforme MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.149, de 21/12/2022 e RESOLUÇÃO CNSP Nº 457, de 28/12/2022.
- c) Imposto de Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) pago;
- d) Declaração de Nada Consta do veículo relativo a possíveis multas.

5.3.2 A cópia do CRLV deverá ser fornecida à Fiscalização, a qual será confrontada com o documento original, no ato da vistoria inicial.

5.4. Da Renovação da Documentação das Motocicletas

5.4.1 Durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá programar, junto ao órgão CONTRATANTE, a realização de quaisquer vistorias, conforme legislação atual, e informar com antecedência de uma semana a data de agendamento das mesmas, disponibilizando a Motocicleta Reserva nessa data, para que não sejam prejudicados os serviços prestados;

5.4.2 Após a apresentação das motocicletas com a documentação regularizada, caso aplicável, conforme legislação atual é de responsabilidade da CONTRATADA, durante a vigência do Contrato, a apresentação das motocicletas, objeto desta licitação, inclusive da motocicleta reserva, nas vistorias relativas ao licenciamento anual para renovação do(s) documento(s) de porte obrigatório, junto ao órgão competente;

5.4.3 Durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá arcar com todas as taxas e despesas relativas ao licenciamento das motocicletas, bem como o envio da documentação regularizada à CONTRATANTE.

5.5. Dos Prazos de Entrega das Motocicletas

5.5.1 As motocicletas, objeto do presente Termo de Referência, deverão estar devidamente identificadas, conforme o subitem 5.2 Da Identificação das Motocicletas e à disposição da CONTRATANTE no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do Contrato, conforme detalhado no presente Termo de Referência.

5.6. Do Parqueamento das Motocicletas

5.6.1 O estacionamento de todas as motocicletas, objeto deste Termo de Referência, é responsabilidade da CONTRATADA.

5.7. Da Vistoria das Motocicletas

5.7.1 As motocicletas deverão estar obrigatoriamente caracterizadas, disponibilizadas e aptas para vistoria inicial por parte da CONTRATANTE, conforme os prazos estabelecidos no subitem 5.5 - Dos Prazos de Entrega das Motocicletas do presente Termo de Referência;

5.7.2 Na vistoria inicial, será feita a inspeção total das motocicletas quanto à caracterização, estado geral, componentes de segurança, documentação, pneus, identificação e entre outros. Para tal, será usado o formulário apresentado no DOCUMENTO I - TERMO DE VISTORIA deste Termo de Referência;

5.9.4.1 As motocicletas deverão estar limpas e em perfeito estado de conservação, tanto em relação à mecânica e baú, com pneus calibrados, e reservatórios de óleo, entre outros, nos níveis recomendados pelo fabricante;

5.9.4.2 A CONTRATADA deverá prover e manter funcionando um canal de comunicação durante toda a vigência do Contrato, para que sejam sanados eventuais problemas ocorridos com as motocicletas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da comunicação feita pelo órgão CONTRATANTE ou pelo próprio condutor da motocicleta;

5.9.4.3 A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas decorrentes da operação e manutenção geral das motocicletas, como troca de óleo lubrificante, de peças, de pneus, bem como as demais despesas imprescindíveis ao perfeito funcionamento das motocicletas;

5.9.4.4 Os relatórios, individualizados por motocicletas, resultantes das Manutenções Corretiva e/ou Preventiva, deverão ser encaminhados à CONTRATANTE em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o término destas;

5.9.4.5 A CONTRATADA deverá fornecer motocicletas Reserva, conforme especificado no subitem 5.13 - Da Motocicleta Reserva, durante o período de realização da Manutenção Preventiva ou Corretiva das motocicletas, ou ainda quando constatada alguma irregularidade que impeça a plena prestação do serviço. Em caso de irregularidade que impeça a plena prestação do serviço, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE do ocorrido imediatamente.

5.10 Das Infrações de Trânsito

5.10.1 É de responsabilidade da CONTRATADA pagar todas as multas e taxas dentro dos prazos previstos nas leis aplicáveis.

5.11 Da Responsabilidade Civil

5.11.1 A Contratada será responsável, na forma do Contrato, por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em virtude da execução dos serviços a seu encargo, respondendo por si e por seus sucessores;

5.11.2 A CONTRATADA deverá assumir todos os possíveis danos causados por colisões, roubo e incêndio das motocicletas utilizadas no objeto do Contrato, bem como aos seus condutores.

5.12 Da Franquia de Quilometragem

5.12.1 A franquia total mensal do Contrato será igual à quilometragem base de 3.300 (três mil e trezentos) quilômetros por mês, multiplicada pelo número de motocicletas contratadas.

5.13 Da Motocicleta Reserva

5.13.1 A CONTRATADA deverá repor a motocicleta por motocicleta reserva (similar) dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nas condições descritas abaixo.

5.13.1.1 No caso de as motocicletas não apresentarem condições de segurança e conservação adequadas à sua utilização, a critério do usuário ou da Fiscalização; ou

5.13.1.2 Em caso de pane do veículo, acidente, sinistro que implique na perda parcial da motocicleta e que possam ser recuperados em sua funcionalidade e condições visuais; ou

5.13.1.3 As motocicletas estejam inoperantes devido à manutenção preventiva ou corretiva; ou

5.13.1.4 Necessidade de encaminhar as motocicletas para renovação da documentação junto ao órgão competente; ou

5.13.1.5 Roubo, furto ou outros fatores que inviabilizem a utilização da motocicleta.

5.13.2 A motocicleta reserva deverá atender aos requerimentos da motocicleta inicial do contrato, exceto pelos itens abaixo que a especificação poderá diferir.

6.3. Das Obrigações do Condutor

6.3.1 Os condutores disponibilizados deverão preencher o Boletim Diário de Transporte – BDT (DOCUMENTO II deste Termo de Referência), conforme orientações por parte da CONTRATANTE;

6.3.2 Portar-se com urbanidade, discrição e respeito à instituição pública e ao usuário do serviço;

6.3.3 Diariamente, o condutor deve se apresentar juntamente com a motocicleta no local de prestação do serviço (indicado pela CONTRATANTE),

6.3.4 Não utilizar a motocicleta em atividades e/ou itinerários que não estejam relacionadas ao serviço contratado.

7. DA GESTÃO DO SERVIÇO

7.1. Do Boletim Diário de Transporte - BDT

7.1.1 Serão registrados nos BDT's, conforme modelo do DOCUMENTO II - BOLETIM DIÁRIO DE TRANSPORTE deste Termo de Referência, fornecidos e emitidos pela CONTRATANTE, somente os dias efetivamente trabalhados, conforme disposto na Portaria A/CSIL nº 23, de 14 de julho de 2006;

7.1.2 Só serão aceitos BDT's, com horários e roteiros detalhados, devidamente assinados pelo(s) responsável(is)/usuário(s);

7.1.3 O horário de início e término estará atrelado ao momento em que a motocicleta com o seu condutor chegar em seu local de trabalho (local indicado pela CONTRATANTE) Não será considerado o período e quilometragem em que a motocicleta se desloca do seu local de estacionamento até o seu local de trabalho;

7.1.4 Mensalmente, junto com a nota fiscal, a CONTRATADA apresentará a CONTRATANTE as segundas vias dos BDT's do período faturado;

7.1.5 A CONTRATANTE não será responsável pelo combustível consumido do local de estacionamento até o seu local de trabalho, somente o consumo exclusivo da prestação do serviço, objeto deste Termo de Referência, que será medido através do BDT.

7.2. Do Relatório da Franquia

7.2.1 Mensalmente, a CONTRATADA apresentará ao Gestor do Contrato, ou funcionário indicado por ele, o relatório, conforme Tabela 2: Relatório Saldo da Franquia, constando a placa da motocicleta e o saldo utilizado da franquia da respectiva motocicleta.

Período de Emissão do Relatório:	DATA INICIAL: ____/____/____	DATA FINAL: ____/____/____
PLACA DA MOTOCICLETA	FRANQUIA UTILIZADA NO MÊS (KM)	FRANQUIA ACUMULADA TOTAL (KM)
XXX-0000		
XXX-0001		
XXX-0002		
XXX-0003		

Tabela 2: Relatório Saldo da Franquia

8. DA FORMAÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO E MODELO DE PAGAMENTO DO SERVIÇO

8.1. Fórmula de Cálculo do Preço Unitário

Motocicleta (coluna "Valor Unitário Mensal da Motocicleta com Condutor (A + B)" do DOCUMENTO III - QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO deste Termo de Referência.

Onde:

- a) Somatório dos dias não fornecidos no mês serão controlados pela Fiscalização, levando em consideração as condições descritas neste Termo de Referência;
- b) Preço da Diária do Veículo equivale ao preço unitário mensal contratado dividido por 30 (trinta) dias, mão-de-obra, multiplicado pela respectiva quantidade de motocicletas;

8.2.2.3 Para efeito de cálculo a fiscalização deverá utilizar os BDTs entregues diariamente e o Relatório da Franquia mensal com a quilometragem utilizada por motocicleta. O somatório da quilometragem mensal percorrida pela motocicleta e informada no BDT para todos os dias do mês deverá ser dividido conforme estabelecido no DOCUMENTO III - QUADRO RESUMO DA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO.

9. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

9.1 A presente contratação se dará através de Licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço global, no modo de disputa Aberto e Fechado, com fundamento na Lei nº 14.133/2021.

9.2. A modalidade Pregão justifica-se, devido ao objeto deste termo de referência estar enquadrado nas características de serviço comum, conforme o art. 29 da Lei Federal 14.133/2021.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. Os preços propostos deverão estar de acordo com os praticados no mercado, e estes deverão estar incluso todos os impostos, taxas, fretes, material, mão-de-obra, instalações e quaisquer outras despesas necessárias e não especificadas neste Termo de Referência, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta contratação.

10.2 A pretensa CONTRATADA deverá apresentar proposta de acordo com as especificações deste Termo de Referência e nos moldes praticados pelo Município do Rio de Janeiro, conforme DOCUMENTO IV - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO DO SERVIÇO DE CONDUÇÃO e DOCUMENTO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1. A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por 36 (trinta e seis) meses contados desta ou da data estabelecida no memorando de início, se houver.

11.1.1 O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

11.1.2 No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Realizar os pagamentos na forma e condições previstas no contrato.

12.2. Realizar a fiscalização do objeto contratado

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

13.1. Prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas neste Termo de Referência.

a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

b) depósito de valores em conta vinculada;

c) em caso de inadimplimento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador

13.12. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

a) registro de ponto;

b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

c) comprovante de depósito do FGTS;

d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

13.13. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

13.14. Cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

13.15. Manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato.

13.16. Se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

13.17. Informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial.

13.18. Comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações.

13.19. Entregar o Questionário Eletrônico de Integridade e Transparência devidamente preenchido, conforme o parágrafo único do art. 7º do Decreto Rio nº 49.415/2021.

13.20. Observar as vedações contidas no Decreto Rio nº 51.260/2022, que dispõe sobre a obrigatoriedade de observância dos princípios e regras de integridade pública por parte dos agentes públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro;

14.6.2 A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada;

14.6.3 No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis;

14.6.4 As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do instrumento contratual e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente o contrato;

14.6.5 A CONTRATADA encaminhará à Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato;

14.6.6 A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSFP;

14.6.7 Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no Contrato;

14.6.8 A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

14.7. Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança-Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):

14.7.1 A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil;

14.7.2 A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados;

14.7.3 A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de XX (XXX) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA – ocorrido durante a vigência contratual – e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira;

14.7.4 No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

14.7.5 Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no Contrato;

14.7.6 A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o art. 465 do RGCAF.

14.8. Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

14.8.1 A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério

15.10 Na hipótese de recusa de aceitação, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

15.11 As notas fiscais referentes ao recebimento do objeto serão atestadas por até 03 (três) servidores a serem designados pela CONTRATANTE, observadas as formalidades descritas no Decreto Municipal n.º 34.012/2011 ou em outro que vier a substituí-lo.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 Os pagamentos serão efetuados, mensalmente, à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor pertinente da CONTRATANTE.

16.2 Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

16.3 O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no item anterior.

16.4 O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor pertinente da CONTRATANTE.

16.5 A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação da despesa aplicáveis.

16.6 O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no item 16.2.

16.7 No caso de erro nos documentos de faturamento de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

16.8 O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da CONTRATANTE e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% (doze por cento) ao ano.

16.9 O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da CONTRATANTE.

16.10 O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pela CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Superintendência Executiva do Tesouro Municipal.

2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01

17.3 As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

17.4 As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 17.1 poderão ser aplicadas juntamente com aquela prevista nas alíneas "b", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

17.5 A sanção prevista na alínea "d" do subitem 17.1 poderá também ser aplicada aos Contratantes que, em outras licitações e/ou contratações com a Administração Pública Direta ou Indireta de qualquer nível federativo, tenham:

- a) Sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticado atos ilícitos, visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

17.6 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade ou da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. RIO do ato que as impuser.

17.7 As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

17.8 Se, no prazo previsto no subitem 17.6, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, mediante despacho regular da autoridade contratante.

17.9 Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.10 Nos casos em que o valor da multa venha a ser descontado da garantia, o valor desta deverá ser recomposto em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

18.2 Declaração formal da licitante indicando a localização das instalações dedicadas ao desempenho de sua atividade, acompanhada de cópia do respectivo Alvará de Funcionamento, na forma do DOCUMENTO VI - DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES.

18.3 Declaração formal da licitante da disponibilidade de veículos indispensáveis à execução do objeto desta licitação, em todas as suas fases, na forma do DOCUMENTO VII - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS.

19. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será admitida a participação de consórcios nem a subcontratação de parte ou de todo o objeto pelo baixo grau de complexidade do objeto dadas as características específicas da contratação em tela, uma vez que não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintos (heterogeneidade de atividades empresariais). A vedação de consórcios não frustrará o caráter competitivo do certame, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de prestar o serviço de forma independente, afastando assim, a restrição à competição e zelando pelos princípios da competitividade, economia e moralidade.

20. DA MATRIZ DE RISCOS

20.1. Para a presente contratação foram identificados os principais riscos conhecidos na Matriz constante do DOCUMENTO VIII – MATRIZ DE RISCO deste Termo de Referência, bem como estabelecidos os respectivos responsáveis e descritas suas respostas sugeridas.

20.2. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como sendo de responsabilidade da CONTRATADA.

20.3. Sempre que atendidas as condições do Contrato e mantidas as disposições da Matriz de Risco, considera-se mantido o equilíbrio econômico-financeiro.

20.4. A proposta comercial deverá ser elaborada levando em consideração a natureza e a extensão dos riscos relacionados na Matriz de Risco.


21. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Havendo tratamento de dados pessoais no desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com o objeto, as Partes observarão a Legislação de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais, em especial, a Lei 13.709/2018 (LGPD).

DOCUMENTO II

BOLETIM DIÁRIO DE TRANSPORTE

A figura a seguir apresenta o modelo exemplificativo do Boletim Diário de Transporte. A versão oficial do documento deve ser coletada junto à Fiscalização do Contrato.



BOLÉTIM DIÁRIO DE TRANSPORTES
PRÓPRIO/LOCADO 24 HORAS

8 Nº do BDT

I - AGÊNCIA DO BDT - AGENTE RESPONSÁVEL - (SOLICITANTE / CONDUTOR)

1-Data	2-Agência	4-Matrícula
Identificação do Veículo		7-Matrícula do NF/CMR (Locado)
3-Placa	6-Motocicla	10-Matrícula do NF/CMR (Locado)
8-Placa Substituta	9-Motocicla Substituta	

Sistema de Serviço
 11-Hora de saída Local de origem

12-Local de apresentação

II - ABASTECIMENTO - (CONDUTOR)

1 - ABASTECIMENTO

Nºcombustível	2-Hora	Odômetro	Litros/m³	Combustível	3-Hora	Odômetro	7-Litros/m³
Alcool	11	11	14	Gasolina	12	18	15
Gas	20	21	27	Gas	22	24	31

III - APRESENTAÇÃO DE TESTES - (CONDUTOR / CONDUTOR)

	Hora	Odômetro	Observações
Chegada	05	35	30
Saída	28	28	

13-Local de destino

14-Valor do Combustível

15-Matrícula

16-Matrícula

[illegible]

ANEXO II – B

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.


Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2023.


ANDREA RIECHERT SENKO
Secretária Municipal de
Fazenda e Planejamento

Andrea Riechert Senko
Secretária Municipal de Fazenda e Planejamento
Matrícula: 51/325.173-3


NORTESUL TRANSPORTES E
SERVIÇOS
NORTE-SUL TRANSPORTES E
SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 20.110.911/0001-04

Rafael da Silva Barbosa
NorteSul Transportes e Serviços Ltda.
Diretor

ANEXO II - C**AUTORIZAÇÃO - DECRETO RIO nº 46.785/2019**

NORTESUL TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 03.085.134/0001-40, por intermédio de seu representante legal o Sr Rafael da Silva Barbosa, portador da carteira de identidade nº 29.955.161-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 132.630.427 - SO, AUTORIZA, para fins do Decreto Rio nº 46.785/2019, o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, a fazer desconto em suas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos seus empregados, bem como das contribuições previdenciárias e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, quando esses não forem adimplidos por esta empresa.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2023.

NORTESUL TRANSPORTES E
SERVIÇOS 03085134000140

Assinado digitalmente por NORTESUL
TRANSPORTES E SERVIÇOS
Rafael da Silva Barbosa
149461, 21/06/2023 10:54:43 BZ

NORTESUL TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
Rafael da Silva Barbosa
Diretor





Av. Ator José Wilker, 605 - Barra da Tijuca
Rio de Janeiro - RJ
comercial@nortesulonline.com
(21) 3579-9724
www.nortesulonline.com

ANEXO V

DECLARAÇÃO REF. AO DECRETO RIO Nº 23.445/2003

Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento
Ref. Licitação PE-SMFP nº 0185/2023.

NORTESUL TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 03.085.134/0001-40, por intermédio de seu representante legal o Sr Rafael da Silva Barbosa, portador da carteira de identidade nº 29.955.161-4 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 132.630.427 - 50, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: [] Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2023.

NORTESUL TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
CNPJ 03.085.134/0001-40

Inscricao Nacional de Pessoas Juridicas
NORTESUL TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
Rua 2025, Barra da Tijuca - RJ

NORTESUL TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA
Rafael da Silva Barbosa
Diretor

